

ENSAIO

## **A MORTE É UM MAL PARA QUEM MORRE?**

Maria do Carmo Mota (nº [REDACTED])

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ética - FIL2.920479

Prof. [REDACTED]

Segundo Semestre 2024/25

Número de Palavras: 3490

## Índice:

<b>Introdução:</b> .....	<b>3</b>
<b>Argumento do Tempo:</b> .....	<b>4</b>
<i>Atemporalismo:</i> .....	5
<i>Subsequentismo:</i> .....	7
<b>Perspetiva Revisada dos Bens Possíveis:</b> .....	<b>8</b>
<i>Um caso para a análise:</i> .....	8
<b>Argumento da Simetria:</b> .....	<b>9</b>
<b>Sentimentos Justificados:</b> .....	<b>11</b>
<b>Conclusão:</b> .....	<b>12</b>
<b>Referências:</b> .....	<b>14</b>

## **Introdução:**

O propósito deste ensaio é responder à questão do mal da morte para o sujeito que morre. Para tal, é necessário estabelecer duas ideias essenciais: a que tipo de sujeito nos referimos e o que significa a sua morte. Por um lado, tem-se que o sujeito é um ser dotado de consciência de si, ou seja, uma pessoa no sentido lockeano do termo. Por outro lado, irei considerar a morte a cessação irreversível e permanente das funções conscientes, visto que o propósito desta análise será analisar a passagem de um sujeito de um estado consciente para um inconsciente irreversível e permanente. Segundo esta definição a morte do organismo, se não for seguida de uma cessação das funções conscientes, será irrelevante para a discussão, ou seja, desconsideram-se as perspectivas que ditam que existe vida consciente após a morte do organismo. Para além disso, quero deixar claro que o alvo da análise não inclui o mal da morte enquanto evento que é antecipado, nem ao processo de “estar a morrer”, mas apenas às implicações da morte, no primeiro instante depois de esta se ter efetivado.

Assim sendo, começo por afirmar que vou defender a tese de que a morte não é um mal para quem morre, uma vez que acredito que existem argumentos convincentes para tal. Deste modo, começarei a análise por apresentar uma versão do argumento do tempo, a favor da tese epicurista. Seguidamente, explicarei porque é que as objeções normalmente levantadas a este argumento, na verdade, não são boas razões para o desconsiderarmos. Contudo, darei relevo ao que considero ser a melhor formulação de uma teoria anti-epicurista e explicarei porque acho que este não estabelece as conclusões que pretende, adicionando que, no entanto, não deixa de ser uma análise útil. Para além disso, irei apresentar outro argumento a favor da minha tese, o argumento da simetria, e procurarei explicar porque é que este não é refutado pelas usuais objeções. Finalmente, a última parte do ensaio será dedicada a explicar porque é que julgo, ao contrário de Epicuro, que mesmo não sendo a morte um mal para quem morre, temos

razões prudenciais para nos preocuparmos com ela e, por isso, os nossos sentimentos quanto a ela são justificados e, no entanto, compatíveis com a tese epicurista.

### **Argumento do Tempo:**

“A morte, portanto, o mais terrível dos males, não é nada para nós, visto que, quando somos, a morte não vem, e quando a morte vem, não somos.”<sup>1</sup>

Apresentarei, agora, a versão axiomática do denominado argumento do tempo, originalmente apresentado por Epicuro, que traduz a ideia exposta pela citação. Esta versão do argumento pode ser encontrada no artigo de Stephen Rosenbaum (Rosenbaum, 1993) “How to Be Dead and Not Care”.

(A) Um estado de acontecimentos é prejudicial para uma pessoa P, somente se P a puder experienciar num dado momento.

Portanto, (B) P estar morto é mau para P, somente se é um estado de acontecimentos que P pode experienciar num dado momento.

(C) P pode experienciar um estado de acontecimentos num dado momento, somente se esse estado começa antes da morte de P.

(D) P estar morto não é um estado de acontecimentos que começa antes da morte de P.

Portanto, (E) P estar morto não é um estado de acontecimentos que P pode experienciar num dado tempo.

**LOGO**, P estar morto não é mau para P.

Esta versão do argumento salienta a diferença, por vezes confundida, entre estar a morrer, estar morto e a morte. Pode-se dizer que a morte é o primeiro instante de estar morto, seguido do tempo em que se esteve vivo. De facto, nesta versão do argumento é apresentada uma premissa mais fraca em relação à sugerida por Epicuro. Tem-se, neste caso, que para que

---

<sup>1</sup> Epicuro em “Carta a Meneceu (sobre a felicidade)”

um acontecimento A possa ser bom ou mau, tem de ser possível que este coexista com o sujeito num dado momento. Parece, então, claro que se a morte e estar morto é algo que nunca se poderá experienciar, nem hipoteticamente, nunca poderá ser mau para quem morre.

Deste modo, podemos salientar uma diferença entre duas condições distintas, embora ambas façam sentido no argumento apresentado:

Requisito da Existência: Uma pessoa só pode ser vítima de algum mal se existir no momento em que o mal ocorre.

Requisito da Existência Possível: Uma pessoa só pode ser vítima de algum mal se puder existir no momento em que o mal ocorre.

Percebemos, então, que para contestar esta posição temos que contestar a premissa (A) que se refere ao Requisito da Existência Possível e, de facto, esta premissa tem sido criticada por aqueles que reivindicam que o mal morte está na privação de bens futuros. Contudo, se tal for o caso, coloca-se a questão de quando exatamente é o indivíduo privado desses bens futuros. Diversas perspectivas foram apresentadas, entre elas, o atemporalismo e o subsequentismo.

#### Atemporalismo:

A perspectiva atemporalista pretende rejeitar a premissa (A), afirmando haver males que são atemporais, isto é, males que existem embora não ocorram em tempo algum. De facto, um dos exemplos mais recorrentes na defesa do atemporalismo é avançado por Nagel (Nagel, 1979) e trata-se do caso de uma traição, isto é, mesmo que um sujeito nunca descubra uma traição, este não deixa de ser um mal para ele, argumenta Nagel. Contudo, este exemplo falha na refutação da premissa (A), isto porque o argumento é válido na mesma com uma premissa que apenas considere a possibilidade do mal. Deste modo, uma traição nunca descoberta poderá, ou não, ser um mal para quem a sofre e respeita a premissa (A). Adicionalmente, essa questão não parece assimilar-se de forma suficiente à questão da morte. Pode-se dizer que

existe um mundo possível onde a traição é descoberta, no entanto, não se poderá dizer que existe um mundo possível onde a morte possa ser experienciada. Deste modo, embora se possa discutir se uma traição não descoberta é verdadeiramente um mal para o sujeito na duração em que esta ocorre, essa situação é tão qualitativamente distinta do caso da morte, que um argumento por comparação, embora aparentemente apelativo, não poderá deixar de constituir uma falácia de falsa analogia.

Outra reivindicação de males atemporais é avançada por Silverstein (Silverstein, 2010), incorporada numa perspetiva 4-dimensionalista. Silverstein procura, assim, justificar que a resposta à pergunta “Quando é que é a morte um mal para X?” não tem resposta e não precisa de ter para que a morte seja um mal para X. Para tal, especifica que, tal como quando perguntamos “Onde foi a traição um mal para X?” não exigimos resposta, embora esta tenha sido um mal, então a pergunta em relação a “Quando” não tem diferença substancial. Tal dá-se porque o 4-dimensionalismo é uma perspetiva que considera que o tempo deve ser tratado de forma equivalente ao espaço, ou seja, tal como um planeta não é menos real por existir longe de nós, pessoas que viveram no passado também não, apenas se distanciam, de forma equivalente, mas no tempo. Contudo, mesmo considerando o 4-dimensionalismo não é claro que a morte seja um mal, isto porque, embora possa fazer sentido atribuir juízos do tipo “(Presente) Platão está morto” ou “(Presente) Platão é um famoso filósofo” não é claro de todo que faça sentido atribuir juízos como “(Presente) Platão está feliz”, bem como “(Presente) A morte de Platão é má para Platão”. Adicionalmente, a analogia com o caso da traição não ganha força com o 4-dimensionalismo. Embora não faça sentido perguntar onde ocorreu a traição, pode-se argumentar que não fará também sentido perguntar quando, desde que esta se dê antes da morte do sujeito. A morte nunca poderá constituir um mal para o sujeito por ser localizada numa parte do universo espacial onde o sujeito não existe.

### Subsequentismo:

A perspetiva subsequentista, prevê que a morte é um mal, após a morte do sujeito, exatamente em que todos os momentos que estar vivo teria sido bom para ele mesmo. Ou seja, atribui-se um nível de bem-estar associado a cada momento do tempo, e um nível de bem estar zero a todos os momentos que sucedem a morte. Após essa atribuição, argumenta-se que a morte é má para o sujeito que morreu em  $t = t_{morte}$ , em todos os momentos em que, não tivesse morrido teria tido um bem-estar positivo. Isto é problemático por diversas razões que, a meu ver, são boas razões para reconsiderarmos a maioria das perspetivas que procuram justificar o mal da morte através deste pressuposto.

Em primeiro lugar, a atribuição de um nível de bem-estar zero a um sujeito que deixou de existir é problemático na medida em que refuta abertamente a premissa o requisito da existência sem qualquer justificação. De facto, é igualmente possível, e a meu ver mais consistente, que o nível de bem-estar após a morte não seja nulo, mas inexistente, não temos boas razões para acreditar que seja nulo. Em segundo lugar, deixa o mal da morte condicionado a um nível de bem-estar hipotético muito difuso. Se a morte é um mal em todos os momentos em que o bem-estar teria sido positivo, então é, consequentemente, um bem em todos os momentos em que o nível de bem-estar teria sido negativo. No entanto, (1) não é claro que a morte seja preferível a um nível de bem-estar negativo, (2) não é claro, então, se a morte é um mal ou um bem e (3) não é evidente como poderemos realizar o somatório de infinitas possibilidades, num número indeterminado de instantes de tempo hipotéticos.

Jeff McMahan (1998, 2006) procura responder a algumas destas questões com a Perspetiva Revisada dos Bens Possíveis, apoiada no subsequentismo. Por isso, considero que é relevante analisá-la com maior detalhe.

### **Perspetiva Revisada dos Bens Possíveis:**

A Perspetiva Revisada dos Bens Possíveis é discutida por McMahan (1988, 2006). Esta perspetiva pressupõe o susquentismo, referindo que a morte é um mal por ser uma privação de bens possíveis, futuros, ou seja, é um mal em todos os momentos após a morte que estaríamos a ser privados de bens futuros.

Esta perspetiva levanta diversos problemas, nomeadamente no que toca (1) à identificação da cadeia causal que, não tivesse acontecido, teria impedido hipoteticamente a morte do indivíduo e (2) à especificação vida que teria, de facto, surgido caso a morte não se tivesse dado. McMahan propõe que devermos considerar apenas o mundo possível mais próximo do efetivo, quando realizamos este tipo de análises. No entanto, esse tipo de estratégia também levanta diversos tipos de problemas metafísicos que não irei abordar aqui, mas que são referidos pelo próprio McMahan<sup>2</sup>. Efetivamente, a meu ver, se o mal da morte depende de uma análise correta deste tipo, então poderemos, no máximo, afirmar que o mal da morte é indeterminado, ou seja, não se responde à questão de uma forma satisfatória.

Um caso para a análise:

Porém, mesmo que a perspetiva revisada dos bens possíveis não responda ao problema do mal da morte, na perspetiva da tomada de decisões, isto é, em casos em que a morte é ainda hipotética, por exemplo, diga-se que um médico teria de escolher entre salvar um paciente ou outro, admito que esta análise, com todos os seus critérios, é extremamente relevante. O problema está quando a morte é efetiva, não hipotética. Quando a morte se concretiza, a análise que possa ter um papel psicológico ou deliberativo, deixa de ser relevante na atribuição de um mal à morte, para o sujeito que morre.

---

<sup>2</sup> Em “Death and the Value of Life” pp. 42-54



### **Argumento da Simetria:**

O Argumento da Simetria, também denominado por Argumento de Lucrecio, pode ser formulado da seguinte forma:

(A) Não é mau, para uma pessoa, que ela não tenha existido no período que precedeu a sua existência.

(B) Em todos os aspetos relevantes, a inexistência póstuma de uma pessoa é como a sua inexistência pré-vital (i.e. a sua inexistência nesse período).

(C) Se duas coisas são iguais em todos os aspetos relevantes e uma delas não é má para uma pessoa, então a outra também não é má para uma pessoa.

**LOGO**, para uma pessoa, a sua inexistência póstuma não é má.<sup>3</sup>

Este argumento salienta um ponto, a meu ver, muito relevante, especialmente considerando todas as perspetivas que se apoiam no subsequentismo para justificar o mal da morte. Parece haver uma falha fundamental, uma vez que se vem justificar, não que a morte é um mal, mas que ter continuado a viver teria sido bom. Contudo, como salientado pelo argumento da simetria, o contrário de estar morto não é estar vivo, porque houve um tempo em que eu não estava vivo e não estava morto. A não-existência precedida de existência não é contrária à existência, é apenas disjunta. Não posso dizer que A e B são contrários apenas porque são disjuntos, serão contrários apenas se forem disjuntos e a sua união for o espaço completo. Porém, existir e não existir são acontecimentos contrários. Deste modo, qualquer perspetiva que explicita que não existir, após a vida, é mau para o sujeito, terá, pelo menos logicamente, de justificar que não existir, antes da vida, foi mau para o sujeito. Mais especificamente, qualquer juízo que seja feito à morte por negação do que é a vida, tem de incluir necessariamente a não existência prévia.

---

<sup>3</sup> Em Galvão, “Metafísica da Morte”, p. 9

Para manter a sua perspectiva o anti-epicurista tem, então, de encontrar uma boa razão para acharmos que não existir antes da vida é mau, quando é contraintuitivo, ou explicar porque é que é o caso que existe uma assimetria e esta assimetria é logicamente relevante na atribuição assimétrica do mal da não-existência. As respostas, neste sentido, são do tipo: (1) Embora seja contraintuitivo, a não existência pré-vital foi má para nós, ou seja, procuram refutar a premissa (A), ou (2) existe uma assimetria logicamente relevante, ou seja, procuram refutar a premissa (B).

Uma resposta do tipo (1) é dada usualmente por quem defende que a morte é um mal por privação de bens, sendo que, logicamente, também fomos privados de bens anteriores. Uma resposta de tipo (2) é dada por aqueles que, como McMahan e Parfit, salientam o papel da identidade pessoal na questão do mal da morte. No entanto, nenhuma delas me parece ser satisfatória o suficiente para justificar o que pretendem justificar.

Primeiramente, numa resposta de tipo (1) se não viver foi mau para nós porque nos privou de bens que poderíamos ter experienciado, sem dúvida, esta privação não tem qualquer impacto consciente. Podemos lamentar possibilidades mas essa lamentação não deixa de ser presente. Em todos os momentos da não existência, da maneira como é entendida, não lamentámos o nosso estado, do mesmo modo, é lógico argumentar que não o faremos após a morte.

Em segundo lugar, uma resposta de tipo (2) pretende justificar algo que parece evidente: existe, de facto, uma assimetria na forma como experienciamos o tempo. Efetivamente, tal deve-se a um estado de entropia positiva – se fosse negativa se calhar estaríamos a questionar porque é o nascimento um mal para quem nasce. Esta assimetria na experiência do tempo valida as assimetrias apresentadas quanto ao nosso sentimento presente quanto à não existência antes e depois da morte. No entanto, tal não invalida o argumento se sublinharmos que os aspetos

relevantes que refere, da maneira como o argumento é usualmente concebido, é a experiência. Assim este apenas refere a “experiência” de não viver antes de nascer e a equipara à “experiencia” de não viver após a morte. E embora as nossas atitudes consoante cada possam ser justificadas, tal não justifica o mal da morte. Procurarei demonstrar este ponto na próxima secção.

### **Sentimentos Justificados:**

Tendo analisado as conclusões lógicas do argumento do tempo e da simetria, podemos questionar porque é que existe uma resistência tão grande à ideia de que a morte não é um mal para quem morre. Com efeito, a meu ver, tal dá-se ao facto de que (1) embora a morte do próprio, da forma como foi descrita, não seja experienciada pelo próprio, a morte de outros é experienciada, e ao facto de que (2) na filosofia moral a intuição constituir um papel muito relevante. No caso da morte, parece existir uma intuição inabalável de que a morte é um mal, que é acompanhada de teorias diversas que a procuram justificar. É relevante questionar porque tal se dará, assumindo que a morte não é um mal para quem morre, e procurar entender se tal fará sentido.

Primeiramente, a morte é geralmente um mal no sentido em que a morte de um indivíduo tem na grande parte dos casos um efeito negativo nas pessoas que continuam a viver. Talvez venha daí a intuição mas, em todo o caso, a extensão desse mal à pessoa que morre requer mais do que mera intuição. Em segundo lugar, pode-se invocar a diferença, por vezes confundida, entre a morte como a descrevermos e “estar a morrer”. Existem muitos casos em que a morte é descrita como pacífica, uma morte no sono, por exemplo, no entanto, existem casos suficientes de um processo longo e doloroso antes da morte, doloroso o suficiente para criar uma óbvia aversão. Por último, uma predisposição biológica à vida incutir-nos-á, como é evidente, a uma aversão à morte. Contudo, é de realçar que enquanto que estes sentimentos

são, a meu ver, justificáveis a um nível psicológico, não são razões para justificar logicamente o mal da morte, para quem morre, visto que apenas se referem a sujeitos vivos. Para além disso, procurei sublinhar que a morte em análise não se refere nem à experiência de antecipação da morte enquanto vivo, nem ao processo da morte, nem tanto à morte de outros, e, por essas razões, embora possam explicar a nossa intuição, não são boas razões para justificarmos o mal da morte. Efetivamente, como é evidente, e como realça Rosenbaum<sup>4</sup>, aceitar que a morte do próprio não é um mal para o próprio, não implica logicamente que a morte do próprio não tenha outras propriedades. Por exemplo, poderei desejar, justificadamente que “a morte do próprio” não tenha a propriedade de ocorrer prematuramente, ou mesmo de não ocorrer antes de eu querer que ocorra.

Adicionalmente, podemos questionar se o senso comum dirá realmente que a morte é um mal para quem morre. Embora mortes precoces ou dolorosas sejam descritas como um tragédia, muitos diriam que quando alguém morre “está agora em paz”. Atente-se mesmo na expressão inglesa mais associada a uma morte “*Rest In Peace*”. Enquanto que a intuição claramente dirá que a morte é um mal geralmente, não é certo que o dirá para a pessoa que morre.

### **Conclusão:**

Observámos que o problema parece estar no que consideramos um mal e como aplicamos essa análise ao caso da morte. Se um mal é somente uma má experiência ou possível má experiência, então torna-se muito difícil justificar o mal da morte. Argumentamos que a morte nem poderá constituir uma experiência possível e, por isso, nunca poderá ser um mal. Se, por outro lado, um mal se puder distinguir de uma experiência, surgem diversas maneiras de justificar que a morte é um mal. Contudo, procurei demonstrar que nenhuma é

---

<sup>4</sup> Em “Epicurus and Annihilation”, p. 295

suficientemente satisfatória. Adicionalmente propus que é possível compatibilizar parte do esforço da análise proposta pelas teorias subsequentistas com o facto da morte não ser um mal, usando-as em casos em que a morte é hipotética. Por último, procurei mostrar que as intuições que temos quanto à morte como conceito geral parecem justificadas, mas não no que toca à nossa própria morte. No entanto, conclui que podemos conciliar o facto da nossa morte não ser um mal para nós com as atitudes que temos quanto a ela, nomeadamente a de não a desejar.

## Referências:

Galvão, P. (2014) Metafísica da Morte em Branquinho, J. & Santos, R. (ed.) Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica, Edição de 2014 (Galvão, 2014)

McMahan, J. (1988) Death and the Value of Life em *Ethics*, Vol. 99, No. 1, pp.32-61

McMahan, J. (2006). The Lucretian Argument.

Nagel, Thomas. 1979. Death. In *The Metaphysics of Death*. Ed. por John Martin Fischer. Stanford: Stanford University Press, 1993.

Rosenbaum, Stephen E. (1993). 7. How to Be Dead and Not Care: A Defense of Epicurus. Em John Martin Fischer, *The Metaphysics of Death*. Stanford, Calif.: Stanford University Press. pp. 117-134.

Rosenbaum, Stephen E. (1993). Epicurus and Annihilation. Em John Martin Fischer, *The Metaphysics of Death*. Stanford, Calif.: Stanford University Press. pp. 293-304.

Silverstein, Harry. 2010. The Time of the Evil of Death. In . Ed. por Michael O'Rourke, Joseph Campbell e Harry Silverstein. Cambridge, MA: MIT Press.